



PORTE PAGO

DR/SP

ISR - 40 - 3051/81

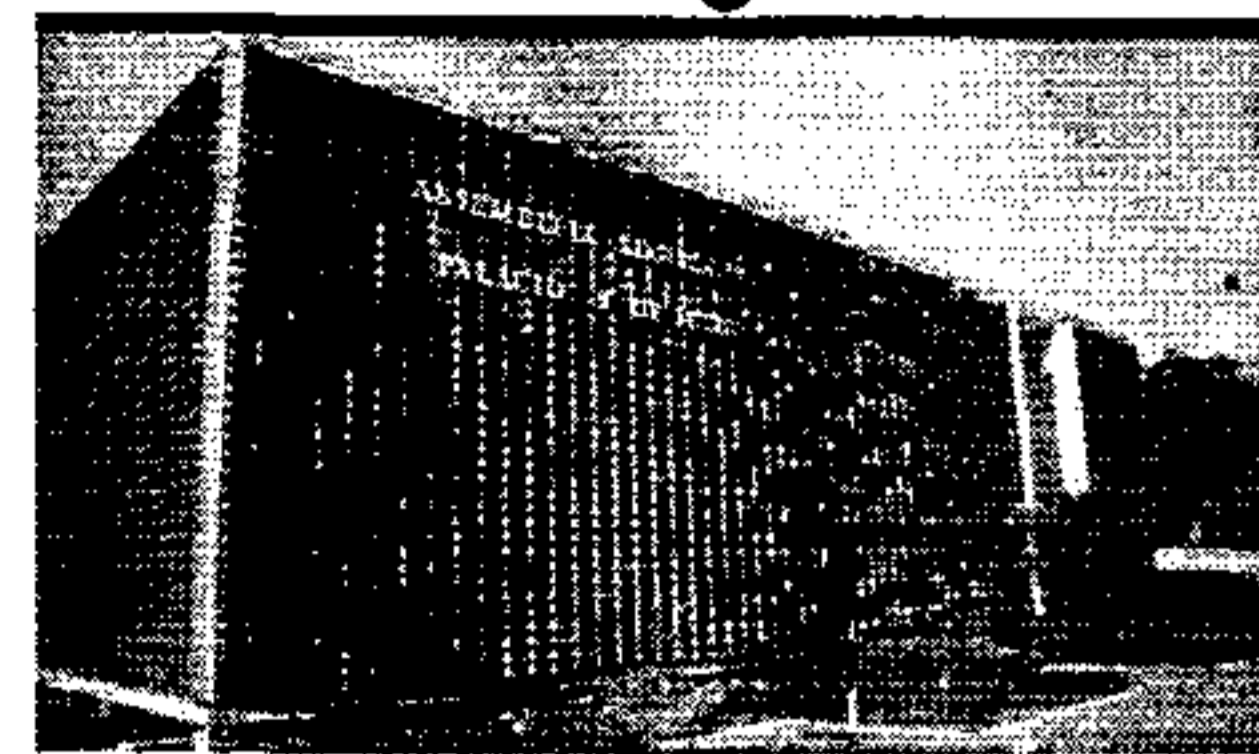
# Diário Oficial

## Estado de São Paulo

### Diário da Assembléia Legislativa - 14ª Legislatura

**Presidente: Vanderlei Macris****1º Vice-Presidente: Sidney Beraldo**  
**2º Vice-Presidente: Lobbe Neto****1º Secretário: Roberto Gouveia**  
**2º Secretário: Paschoal Thomeu****3º Secretário: Roque Barbieri**  
**4º Secretário: Eduardo Soltur**

## Poder Legislativo

**Palácio Nove de Julho**  
Av. Pedro Álvares Cabral, nº 201 - CEP: 04097-900  
Ibirapuera - F: 886-6122  
<http://www.al.sp.gov.br><http://www.imesp.com.br>

Volume 110 • Número 40 • São Paulo, sábado, 26 de fevereiro de 2000

## LEIS

### Lei nº 10.505, de 25 de fevereiro de 2000

**(Projeto de lei nº 574, de 1998, do Deputado Dalla Pria - PMDB)***Dá denominação ao Instituto Florestal de Manduri, em Manduri.*

#### O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se "Instituto Florestal Luiz Fiorucci" o Instituto Florestal de Manduri, em Manduri.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 25 de fevereiro de 2000.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente

*(Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 25 de fevereiro de 2000.)*

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

### Lei nº 10.506, de 25 de fevereiro de 2000

**(Projeto de lei nº 474, de 1999, do Deputado Willians Rafael - PL)***Dá denominação a estabelecimento de ensino que especifica.*

#### O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se "Profª Glória Azedia Bonetti" a Escola Estadual de 1ª e 2ª Graus Independência, em Osasco.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 25 de fevereiro de 2000.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente

*(Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 25 de fevereiro de 2000.)*

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

## ORDEM DO DIA

### 28 DE FEVEREIRO DE 2000 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### Proposições em Regime de Urgência

1- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 38, de 1997, (Autógrafo nº 23888), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

## SUMÁRIO

Leis .....	1
Ordem do Dia .....	1
Pauta .....	1
Oradores Inscritos .....	2
Expediente .....	2
Atos Administrativos .....	6
Comissões .....	6
Debates .....	7
Pronunciamentos de Sessões Anteriores .....	—

## TRIBUNAL DE CONTAS

Este caderno, com 16 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

2- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 233, de 1995, (Autógrafo nº 24432), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Estabelece condições para revisão e Revogação do decreto de tombamento. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 521, de 1995, (Autógrafo nº 24254), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Dispõe sobre a criação do "Bilhete Único Metropolitano Regionalizado". Parecer nº 361, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 798, de 1995, (Autógrafo nº 23466), vetado totalmente, de autoria da deputada Mariângela Duarte. Regulamenta o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2º Grau. Parecer nº 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 486, de 1996, (Autógrafo nº 24069), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Autoriza o Governo Estadual a conceder anistia aos servidores públicos que tenham sido demitidos por atividades profissionais paralisadas em virtude de decisão de seus trabalhadores. Parecer nº 1542, de 1998, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 710, de 1996, (Autógrafo nº 23980) vetado parcialmente, de autoria da Comissão do Meio Ambiente. Autoriza o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas dirigidas aos corpos de água, superficiais e subterrâneos, do domínio do Estado. Pareceres nºs 1361 e 1362, de 1998, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Defesa do Meio Ambiente, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 85, de 1997, (Autógrafo nº 24368), vetado totalmente, de autoria do deputado Reynaldo de Barros Filho. Dispõe sobre as condições para contratos de limpeza do Estado com terceiros. Parecer nº 1061, de 1999, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 123, de 1997, (Autógrafo nº 24066), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Dispõe sobre a reserva de sete por cento dos imóveis populares para serem comercializados com deficientes ou com familiares de portadores de deficiência. Parecer nº 1522, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 150, de 1997, (Autógrafo nº 23765), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado. Parecer nº 93, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 279, de 1997, (Autógrafo nº 24366), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Dispõe sobre a instituição do serviço telefônico "Disque Abuso Infantil". Parecer nº 934, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 424, de 1997, (Autógrafo nº 24439), vetado totalmente, de autoria do deputado Caldini Crespo. Dispõe sobre a criação de central de divulgação e informação sobre concursos públicos. Parecer nº 97, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 546, de 1997, (Autógrafo nº 24277), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Gouveia. Dispõe sobre direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado. Parecer nº 371, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer nº 372, de 1999, de relator especial pela Comissão de Saúde, favorável ao projeto em relação ao inciso X do artigo 2º às expressões que especifica, constantes do inciso XVII do mesmo artigo, aos artigos 3º, 4º e 5º e contrário ao projeto quanto às expressões destacadas do inciso XVII do artigo 2º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 553, de 1997, (Autógrafo nº 24205), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Autoriza o Poder Executivo a vincular, por substituição e reposição, sem ônus, áreas localizadas no mesmo Município e de igual metragem, indevidamente ocupadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 724, de 1997, (Autógrafo nº 24170), vetado totalmente, de autoria da deputada Cecília Passarelli. Autoriza a Secretaria Estadual da Saúde a distribuir seringas e agulhas descartáveis, aos portadores de diabetes. Parecer nº 157, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17- Discussão e votação - Projeto de lei nº 20, de 1998, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 102 emendas e 2 substitutivos. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

18- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 45, de 1998, (Autógrafo nº 24056), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Estabelece critérios para o repasse dos impostos estaduais para os municípios enquadrados nas disposições das Leis 898/75 e 1172/76. Parecer nº 1461, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Institui o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre a criação do "Passe Pedagógico". Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 416, de 1998, (Autógrafo nº 24356), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Implanta o "Campus" Universitário de Bragança Paulista, vinculado à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp. Parecer nº 712, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22- Discussão e votação - Projeto de lei nº 238, de 1999, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, precedida de avaliação e de certame licitatório, imóveis que especifica. Com 3 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

23- Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 529, de 1999, (Autógrafo nº 24426), vetado totalmente, de autoria do deputado, Caldini Crespo. Dá a denominação de "Profª Dulce Esmeralda Basile Ferreira" à Escola Estadual de 1º Grau, no Parque São Bento, em Sorocaba. Parecer nº 30, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

## PAUTA

### 28 DE FEVEREIRO DE 2000 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

*Em pauta por 5 (cinco) Sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 3, parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.*

#### 1ª Sessão

1-Projeto de lei nº 0074, de 2000, de autoria da deputada Rosmary Corrêa. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Gratificação Especial a Policiais Cíveis e Militares.

2-Projeto de lei nº 0075, de 2000, de autoria do deputado Elói Pietá. Dá a denominação de "Prof. Ede Wilson Gonzaga" à Escola Estadual do Jardim São Luiz, em Embu.

3-Projeto de lei nº 0076, de 2000, de autoria da deputada Edna Macedo. Institui a "Semana da Juventude Cristã".

4-Projeto de lei nº 0077, de 2000, de autoria do deputado Carlos Braga. Declara de utilidade pública a "POC - Pequenos Portadores de Deficiências", em Bauru.

5-Projeto de lei nº 0078, de 2000, de autoria do deputado Rafael Silva. Dispõe sobre a realização de censo das pessoas portadoras de deficiências.

6-Projeto de lei nº 0079, de 2000, de autoria do deputado Rafael Silva. Dispõe sobre a criação da Secretaria de Defesa dos Direitos do Portador de Deficiência.

7-Projeto de lei nº 0080, de 2000, de autoria do deputado Rafael Silva. Torna obrigatória a realização de exame de acuidade visual e auditiva nas escolas públicas.

8-Projeto de lei nº 0081, de 2000, de autoria do deputado Caldini Crespo. Institui o "Dia Estadual de Prevenção da L.E.R. - Lesão por Esforço Repetitivo".

9-Moção nº 0039, de 2000, de autoria da Comissão de Saúde e Higiene. Parecer nº 172/2000. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de estudar a possibilidade de enquadrar o valor do procedimento AIH (Autorização de Internação Hospitalar) nos mesmos critérios dos hospitais universitários.

10-Moção nº 0040, de 2000, de autoria do deputado Carlos Braga. Apela para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de fiscalizarem as entidades gerenciadoras dos recursos provenientes do DPVAT, bem como apurarem possíveis irregularidades no Conselho Nacional de Seguros Privados e na FENASEG - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados de Capitalização.

#### 2ª Sessão

1-Projeto de lei Complementar nº 0012, de 2000, de autoria da deputada Rosmary Corrêa. Institui o Adicional de Risco Operacional Policial - AROP para os integrantes das carreiras da Polícia Civil e da Polícia Militar.

2-Projeto de lei nº 0073, de 2000, de autoria do deputado Faria Júnior. Dispõe sobre a distribuição gratuita de soro caseiro e de água tratada às populações mais carentes das zonas urbanas e rurais.

3-Moção nº 0035, de 2000, de autoria da Comissão de Segurança Pública. Apela para os Srs. Presidentes da República, da Câmara e do Senado Federal no sentido de agilizar a conclusão das investigações que envolvem a morte do juiz Leopoldino Marques do Amaral.

4-Moção nº 0036, de 2000, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Apela ao Sr. Presidente da República no sentido de obrigar a inclusão de frase de advertência nos rótulos e embalagens de bebidas alcoólicas.

5-Moção nº 0037, de 2000, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Apela ao Sr. Presidente da República no sentido de obrigar os titulares de Ofícios de Registro de Imóveis a comunicar ao INCRA o nome e endereço dos novos proprietários de imóveis rurais para facilitar a cobrança de ITR (Imposto Territorial Rural).

6-Moção nº 0038, de 2000, de autoria do deputado Jorge Caruso. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido de aprovarem o Projeto de lei nº 455, de 1999, que altera dispositivos da Lei 9250, de 1995, que dispõem sobre o imposto de Renda.

#### 3ª Sessão

1-Projeto de lei nº 0070, de 2000, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Senador Apolônio Jorge de Farias Sales" ao viaduto do km 171 (Pista Norte e Pista Sul) da Rodovia SP-340, acesso ao Município de Mogi Guaçu.

2-Projeto de lei nº 0071, de 2000, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Institui o Dia da Televisão.

3-Projeto de lei nº 0072, de 2000, de autoria do deputado Mariângela Duarte. Autoriza o Poder Executivo a conceder estágio, no âmbito da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, para o aprimoramento profissional dos estudantes.

#### 4ª Sessão

1-Projeto de lei nº 0066, de 2000, de autoria do deputado Antonio Salim Curiat. Autoriza o IPESP a construir unidades habitacionais verticalizadas, para serem financiadas aos contribuintes e pensionistas de baixa renda.

2-Projeto de lei nº 0067, de 2000, de autoria do deputado Nelson Salomé. Proíbe a indicação da dosagem de medicamentos, tendo como referencial a colher, nas respectivas bulas.

3-Projeto de lei nº 0068, de 2000, de autoria do deputado Pedro Tobias. Obriga as farmácias e drogarias a afixarem listas com a relação dos medicamentos genéricos, em local de fácil visualização pelo público consumidor.